

<b>OBJETIVO</b>	Implementar medidas concretas e permanentes com vistas à melhoria dos serviços judiciários prestados pela primeira instância do TRT-12ª Região, nos termos da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ n. 194/2014
<b>DATA</b>	26/10/2016
<b>HORÁRIO</b>	das 11h às 12h30min
<b>LOCAL</b>	Sala de Apoio Institucional – 11º Andar
<b>COORDENAÇÃO DA REUNIÃO</b>	Ricardo Kock Nunes – Juiz Titular da 1º VT de Tubarão
<b>PROAD Nº</b>	5730/2014



RENATA JORGE ROSA



FERNANDA GOMES FERREIRA



GILMAR EDILSON VIEIRA:1302



ANA PAULA VOLPATO WRONSKI:2891



RICARDO KOCK NUNES



DILCIONIR JOSÉ FURLAN



VANESSA GESSER DE MIRANDA



ENEDINA MONTIBELLER SOARES



CARLOS MANUEL RODRIGUES NOGUEIRA



MAGDA ELIETE FERNANDES



MÁRIO SÉRGIO KUMLEHN

<b>PRESENTES</b>	
<b>NOME</b>	<b>ÁREA</b>
Ricardo Kock Nunes	Juiz Titular da 1º VT de Tubarão
Magda Eliete Fernandes	Juíza Titular da 3º VT de São José
Renata Jorge Rosa	Secretária Geral da Presidência
Ana Paula Volpato Wronski	Diretora Geral
Dilcionir José Furlan	Secretário da Corregedoria
Enedina Montibeller Soares	Diretora da VT de Timbó
Mário Sergio Kumlehn	Diretor da 1ª VT de Blumenau
Vanessa Gesser de Miranda	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas
Fernanda Gomes Ferreira	Secretaria de Gestão Estratégica
Gilmar Edilson Vieira	Assessor da Secretaria da Corregedoria
Carlos Manuel Rodrigues Nogueira	Secretaria de Comunicação Social

**ASSUNTOS TRATADOS / DELIBERAÇÕES**

O Juiz Titular da 1º VT de Tubarão iniciou a reunião enfatizando a necessidade de se dar continuidade as reuniões do Comitê de Priorização, com o objetivo de estruturar e implementar medidas concretas e permanentes que busquem o atendimento dos interesses coletivos, com propostas factíveis ao cenário e à realidade do Judiciário Trabalhista e do TRT Catarinense.

Destacou as dificuldades até o momento de ser mantida uma regularidade de reuniões por questões como, por exemplo: as restrições orçamentárias para pagamento dos deslocamentos; a distância dos membros do Comitê; a sobrecarga de trabalho dos envolvidos; as constantes mudanças dos membros do Comitê, entre outras.

Enfatizou que os trabalhos do Comitê precisam ser impulsionados também para atendimento do previsto na Resolução do CNJ.

Foi registrada a presença da Juíza Magda Eliete Fernandes também como representante da AMATRA e a ausência não justificada de representante do SINTRAJUSC. Foi registrada, ainda, a ausência justificada do Juiz Substituto Charles Baschiroto Felisbino.

A Diretora Geral da Secretaria mencionou seu entendimento de que o Comitê é importante para o fortalecimento do diálogo, representando o espaço adequado para troca de ideias, busca conjunta de soluções, de planos e de ações para que o Tribunal possa enfrentar o cenário bastante difícil para os próximos anos no que se refere ao aumento do volume processual, aliado às restrições orçamentárias e ao enxugamento do quadro de pessoal. Enfatizou que o futuro vai exigir remodelagem dos padrões, comportamentos e processos de trabalho.

A Secretária Geral da Presidência destacou o grande impacto do volume de aposentadorias sem a possibilidade de reposição, e sua preocupação com o comprometimento da prestação jurisdicional.

O Diretor de Secretaria da 1ª VT de Blumenau mencionou que o cenário descrito já é sentido diariamente no primeiro grau, sendo um exercício diário a busca de soluções alternativas para equacionar as dificuldades relacionadas à rotina de trabalho. Destacou que acredita na capacidade do Comitê em buscar soluções institucionais.

O Juiz Titular da 1ª VT de Tubarão apresentou a pauta da Reunião:

- *Lotações, nomeações por redistribuição e reaproveitamento (Resolução CNJ nº 219/16 e Resolução CSJT nº 63/2010)*
- *Deslocamento de Juízes Substitutos*
- *Campanha de redução de consumo de energia elétrica e água*
- *Recomposição do auxílio-saúde*
- *Orçamento*
- *GIGs1 e melhorias no PJe*
- *Resolução CNJ nº 174/2016*
- *Definir coordenador do Comitê de Priorização de 1º Grau*
- *Estabelecer cronograma e plano de ações para o Comitê*

A reunião seguiu o estabelecido na pauta, tendo sido prestadas as informações conforme arquivo anexado ao presente PROAD (.ppt da Reunião do Comitê de Priorizacao1.pptx).

O objetivo foi prestar informações sobre o cenário atual para o nivelamento de conhecimentos dos membros do Comitê, facilitando a proposição de iniciativas conjuntas e compatíveis com a realidade.

Durante as apresentações dos itens da pauta foram realizados alguns debates cabendo registrar, além do mencionado no arquivo:

**Sobre gestão de pessoas** – relatadas, pela Diretora de Gestão de Pessoas, as iniciativas do Tribunal para preenchimento dos cargos, bem como as dificuldades para preenchimento dos demais cargos existentes por falta de autorização do CSJT.

Foi mencionado pelo Diretor da 1ª VT de Blumenau que a limitação temporal imposta para remoção dos servidores é bastante positiva para o primeiro grau, pois a alta rotatividade de servidores e a dificuldade de se planejar pela constante quebra da estrutura funcional representa uma das principais dificuldades da gestão no 1º grau. Na sua opinião, a regra é benéfica e a Administração deve continuar sua aplicação.

A Diretora Geral da Secretaria relembrou que o TRT-12ª Região recebeu várias críticas por adotar por anos a questão temporal para permanência do servidor na unidade, mas que hoje se observa que a prática é benéfica, pois o servidor cria vínculo com a unidade/cidade muitas vezes mudando de interesse em relação à remoção, o que promove a estabilidade das equipes. Esta boa prática também tem sido estimulada nos encontros dos Diretores Gerais, sendo considerada uma boa alternativa para os Tribunais que não estão conseguindo manter o quadro adequado no primeiro grau.

O Juiz Titular da 1ª VT de Tubarão destacou que a política do Tribunal em garantir a reposição facilitou bastante a administração da unidade, pois o juiz não precisa interferir na liberação do servidor já que está garantido que será colocado outro no seu lugar.

Foi feita explanação também pela Diretora de Gestão Estratégica e pela Diretora de Gestão de Pessoas sobre as Resoluções CNJ nº 219/2016 e Resolução CSJT nº 63/2010. Em resumo foi informado que a resolução do CNJ é complexa, exigindo vários estudos, especialmente das áreas de estatística dos Tribunais. Os estudos não foram concluídos. De qualquer forma, estudos iniciais indicam que as duas resoluções, que tratam do mesmo tema, apresentam vários pontos conflitantes. Além disso, há percepção de que o gerenciamento de pessoas será bastante afetado, pois a Resolução do CNJ trata apenas do ponto de vista numérico, desconsiderando as variáveis envolvidas no remanejamento das pessoas de uma instância para outra (custos orçamentários, impacto na vida das pessoas, qualificação para atuação em áreas diferentes).

**Sobre questão orçamentária** – A Diretora Geral da Secretaria esclareceu que houve economia significativa após campanha e informou que o Tribunal continua envidando esforços para lidar com os cortes orçamentários. Destacou a recente reunião com os Correios, depois das dificuldades apontadas pelo 1º grau, que podem gerar mudanças na cobertura. Destacou os cortes com estagiários e o aumento do auxílio saúde, a manutenção da ginástica laboral e o convênio para atendimento odontológico também no interior.

A Diretora de Secretaria de Timbó destacou que os benefícios impactam bastante na percepção dos servidores de primeiro grau. Mencionou que a manutenção da ginástica laboral, campanhas de vacinação, atendimento odontológico, entre outros, não geram motivação, mas a retirada ou restrição das ações gera bastante desconforto nos servidores. Então, sugeriu que a Administração leve a questão em conta quando tiver que priorizar as ações ante as limitações orçamentárias impostas.

Foram ainda explanados pela Diretora Geral da Secretaria os possíveis impactos e encaminhamentos da PEC 241/2016 e que o mês de dezembro será referência do ponto de vista orçamentário.

**Sobre sistemas** – O Juiz Titular da 1º VT de Tubarão relatou a perspectiva de várias melhorias no Sistema PJe e, ainda, a existência de vários sistemas satélites e iniciativas tecnológicas que podem facilitar bastante as rotinas e gerenciamento do primeiro grau. Contudo, todos os sistemas satélites passarão por aprovação do CSJT, cabendo ao Conselho autorizar a utilização pelos Regionais.

A Diretora de Timbó lembrou que o Tribunal teve comissões efetivas, apoiadas por corpo técnico, como a FGV, que debateu melhorias nos processos de trabalho e nos modelos, o que poderia ser repetido para padronização do PJe.

**Sobre o Comitê de Priorização** – O Juiz Titular da 1º VT de Tubarão foi escolhido como o coordenador regional do Comitê.

Ficou definida a realização de reuniões quadrimestrais, nos mesmos dias de realização da RAE, porém em horário diferente, para aproveitar o deslocamento dos membros e não prejudicar a participação nos dois eventos.

Ficou reservado o dia 06/12/2016 como data provável da próxima reunião, a ser confirmada posteriormente, pois depende do agendamento da RAE com a Presidência.

Os representantes do primeiro grau farão uma análise das necessidades apontadas pelo primeiro grau quando da consulta realizada após a formação do Comitê de Priorização, para sugerir ao Juiz Coordenador do Comitê, uma pauta para a próxima reunião.

Foi sugerida a criação de um *email* do Comitê de Priorização para troca de informações entre os membros.

ENCAMINHAMENTOS SUGERIDOS	
TAREFA	RESPONSÁVEL (IS)
Criar um email próprio para o grupo de priorização do primeiro grau	Renata - SEGEP
Agendar próxima reunião para o mesmo dia da RAE, antes do seu início	Renata - SEGEP
Identificar necessidades/temas para a pauta da próxima reunião	Dra Magda, Enedina e Mário

FECHAMENTO DA ATA		
DATA	NOME DO REDATOR	RAMAL
26/10/2016	Fernanda Gomes Ferreira	4190



# REUNIÃO COMITÊ DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU

Florianópolis, 26.10.2016.



## PAUTA

1. Lotações, nomeações por redistribuição e reaproveitamento  
(Resolução CNJ nº 219/16 e Resolução CSJT nº 63/2010)
2. Deslocamento de Juízes Substitutos
3. Campanha de redução de consumo de energia elétrica e água
4. Recomposição do auxílio-saúde
5. Orçamento
6. GIGs1 e melhorias no PJe
7. Resolução CNJ nº 174/2016
8. Definir coordenador do Comitê de Priorização de 1º Grau
9. Estabelecer cronograma e plano de ações para o Comitê

**ITEM 1 – LOTAÇÕES, NOMEAÇÕES POR REDISTRIBUIÇÃO  
E APROVEITAMENTO****TRF4:**

- Foram nomeados 16 candidatos aproveitados do concurso do TRF 4ª Região, dos quais 1 desistiu. Após a desistência novo candidato foi nomeado, totalizando 17 candidatos nomeados para atendimento de 16 Unidades. Dos nomeados 2 candidatos ainda não tomaram posse.
- Será nomeado mais um Técnico Judiciário decorrente de aproveitamento do TRF para a 1ª VT de Balneário Camboriú, para reposição de servidora que será removida para outra Unidade.



ITEM 1 - NOMEAÇÕES POR REDISTRIBUIÇÃO E APROVEITAMENTO

**TRE-SC:**

- Foram nomeados 15 candidatos aproveitados do concurso do TRE-SC, dos quais 1 desistiu. Após a desistência novo candidato foi nomeado, totalizando 16 candidatos nomeados para atendimento de 15 Unidades.
- Será nomeado mais um Técnico Judiciário decorrente de aproveitamento do TRE/SC para a 1ª VT de Lages.



#### ITEM 1 - NOMEAÇÕES POR REDISTRIBUIÇÃO E APROVEITAMENTO

##### REDISTRIBUIÇÃO:

- Foram autorizadas 20 redistribuições com cargos vagos do Tribunal. Já foram efetivadas 14. Uma das redistribuições ainda não foi efetivada e envolve cargo de Oficial de Justiça - NUGECM de Chapecó, está *sub judice* (processo no CNJ).

Totalizando (*aproveitamento e distribuição*), serão acrescentados ao Quadro deste Tribunal 53 servidores. Destes 01 foi para a SETIC, 09 para Gabinetes de Desembargadores, 01 para o Serviço de Manutenção, 01 para o Serviço de Desenvolvimento de Pessoas, 01 para o Serviço de Educação Corporativa, 02 para o Serviço de Recursos e 01 para a Corregedoria. Todos os demais 37 são destinados à 1ª instância (70%).



## ITEM 2 – DESLOCAMENTO DE JUÍZES SUBSTITUTOS

- Pautas de audiência foram adiadas no decorrer deste ano em razão de carência de Juízes, pois a Presidência evitou deslocamento recorrentes de Juízes de suas circunscrições.
- Trata-se de providência que visa a redução de custos e, principalmente a manutenção da saúde dos magistrados.



### ITEM 3 - Resultado da Campanha de redução de consumo de energia elétrica e água

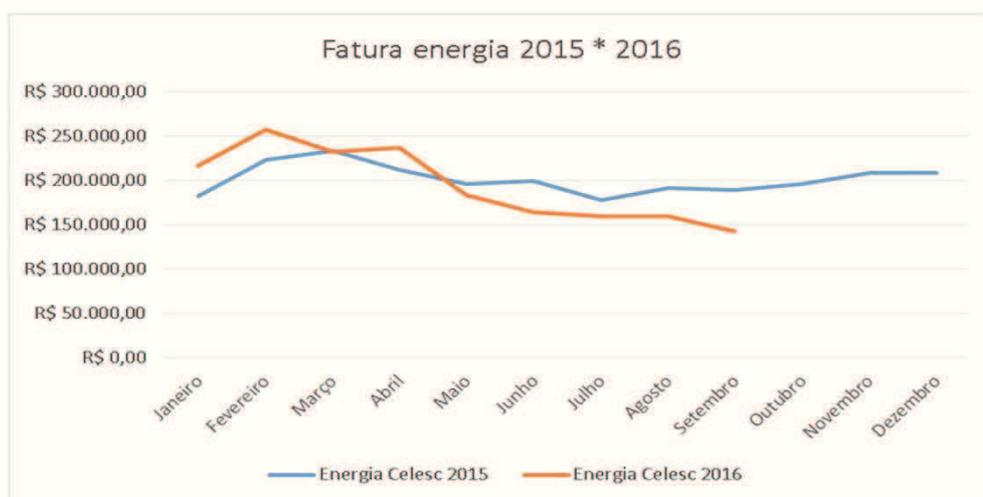
#### Energia Elétrica

A campanha **Se liga Desliga** iniciou em maio do corrente ano, e resultou em uma redução média de 15% no consumo de energia tanto na primeira instância quanto na segunda instância.

Até setembro/16 a economia foi de R\$ 390.000,00. (a previsão anual para 2016 R\$ 2.567.000,00)

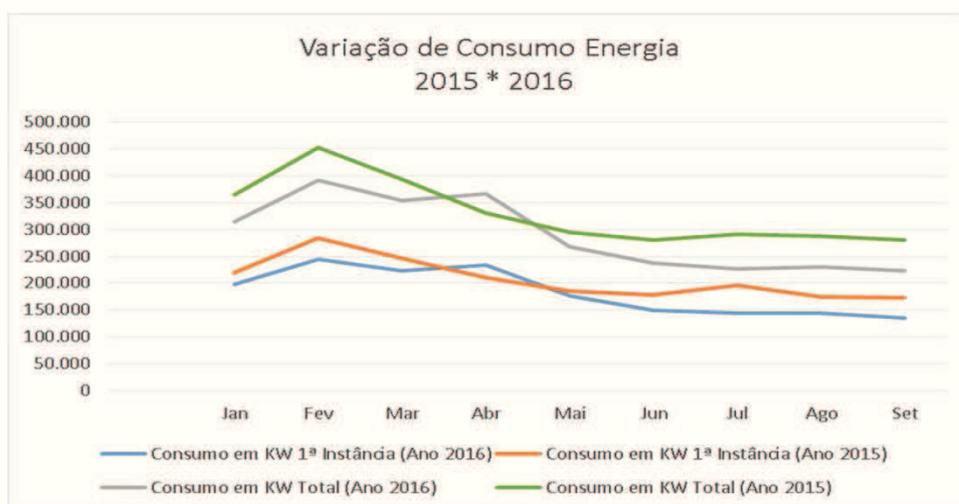


### ITEM 3 - Resultado da Campanha de redução de consumo de energia elétrica e água





### ITEM 3 - Resultado da Campanha de redução de consumo de energia elétrica e água





**ITEM 3 - Resultado da Campanha de redução de consumo de energia elétrica e água**

A redução no consumo de água e esgoto foi da ordem de 15%.

O consumo total previsto é aproximadamente R\$ 300.000,00.

A redução representa uma economia na ordem de R\$ 45.000,00 no ano.

Somente a economia na energia elétrica representa dois anos da conta de água e esgoto



#### ITEM 4 – Recomposição do auxílio-saúde

Foram disponibilizados R\$ 309.073,00 de crédito suplementar para o Auxílio-Saúde no mês de Outubro

Com os valores disponibilizados, será possível aumentar o valor de R\$ 315,00 para R\$ 335,00 por pessoa, a partir de novembro.



## ITEM 5 – Orçamento

**ORÇAMENTO 2016 (DIGER)**

**ORÇAMENTO 2017**

- Ainda há muitas indefinições, especialmente em virtude da PEC nº 241/2016, que trata do ajuste fiscal e fixa limites dos orçamentos para os próximos 20 anos, em tramitação na Câmara Federal.
- Apesar de já terem sido fixados os limites que constam do PLOA (PLN-00018/2016, em tramitação na Câmara Federal), estes valores não podem ser considerados, pois estarão sujeitos à limitação a ser imposta pela provável aprovação da PEC 241/2016.
- A título de informação, os limites do PLOA de 2017 estão bem próximos dos limites que haviam sido fixados para o presente exercício, mas que, conforme exposto acima, sofreram sensível corte na aprovação da LOA2016.



## ITEM 6 – GIGs1 e melhorias no PJe

- GIGs1 – processos na fase de execução
- Melhorias no PJe – priorização pela SETIC



### ITEM 7 – Resolução nº 174/2016

Resolução CNJ nº 174, de 30 de setembro de 2016:

Dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista e dá outras providências.



## ITEM 8 – Coordenação do Comitê

- Por meio da Resolução Administrativa nº 011/2014 o Ex.mo Juiz Carlos Aparecido Zardo, na forma do art. 5º, inc. I da Resolução CNJ nº194/2014, foi indicado pelo Tribunal Pleno para integrar o Comitê de Priorização.
- Por meio do PROAD nº 10813/2016 requereu sua substituição no Comitê.
- Dr. Ricardo Koch Nunes é seu suplente.



## ITEM 9 – CRONOGRAMA DE REUNIÕES

### **Proposta:**

Reuniões quadrimestrais: abril, agosto e novembro ou dezembro



Muito obrigado!